

**1) Romeu e Julieta, ele com 18 anos e ela com 15 anos, ante a resistência de seus pais em permitir-lhes o namoro, resolveram acordar um "pacto de morte". Aproveitando-se da ausência de seus pais, o casal trancou-se no banheiro da residência de Romeu e este abriu o registro de gás. Já desfalecidos, ambos são encontrados por Creso, irmão daquele, que lhes presta imediato socorro. Julieta falece no hospital; mais resistente, Romeu conseguiu sobreviver, após tratamento médico. É correto afirmar-se que:**

- A) Romeu e Julieta não praticaram qualquer crime.
- B) Romeu praticou crime de induzimento ao suicídio.
- C) Ambos praticaram induzimento ao suicídio.
- D) Romeu realizou um homicídio consumado.
- E) Romeu realizou um homicídio tentado.

**2) Arnóbio e Bernardo ingressam normalmente em uma loja de departamento. Bernardo subtrai um pasta de um cliente desatento levando-a para sua residência, e ali, com emprego de violência, consegue abri-la e apropriar-se dos bens ali guardados (calculadora, canetas, talonário de cheques e dinheiro). Arnóbio, entretanto, permaneceu no interior da loja até o seu fechamento, escondido. Após subtrair diversos objetos de valor, arrebatando uma porta lateral, consegue evadir-se. É correto afirmar-se que:**

- A) Ambos responderão por furto qualificado.
- B) Ambos responderão por furto simples.
- C) Arnóbio responderá por furto simples e Bernardo por furto qualificado.
- D) Arnóbio responderá por furto qualificado e Bernardo por furto simples.
- E) Ambos responderão por roubo simples.

**3) Todas as condutas abaixo não admitem tentativa, exceto:**

- A) Os crimes preterdolosos.
- B) Os crimes unissubsistentes.
- C) Os crimes plurissubsistentes.
- D) Os crimes omissivos próprios.
- E) As contravenções penais.

**4) Os crimes abaixo admitem autoria mediata, exceto:**

- A) Os de mera conduta.
- B) Os instantâneos.
- C) Os de "mão própria".
- D) Os conexos.
- E) Os de concurso necessário.

**5) Arnóbio, tesoureiro de órgão público municipal, adrede ajustado com Bernardo, um mecânico de motores, seu vizinho, deixa aberto o cofre de sua repartição ao final do expediente. Bernardo, altas horas da noite, através de uma janela do 2º andar, ali ingressa e subtrai do interior do cofre vultosa quantia em dinheiro. É correto afirmar-se que:**

- A) Ambos cometeram crime de furto qualificado.
- B) Ambos cometeram crime de peculato próprio.
- C) Ambos cometeram crime de peculato impróprio.
- D) Arnóbio cometeu peculato e Bernardo furto qualificado.
- E) Arnóbio cometeu apropriação indébita e Bernardo furto qualificado.

**6) Ambrósio, na clínica particular em que trabalha, é chamado a prestar atendimento médico a Brutus, um marginal que fora atingido por 5 (cinco) disparos de arma de fogo por outro meliante conhecido no local. Recuperado, Brutus coloca Ambrósio a par do acontecido declarando-lhe, inclusive, a identidade do autor do atentado. Em face do disposto no art. 66 da L.C.P., qual o prazo que tem Ambrósio para comunicar o fato à autoridade competente?**

- A) 24 horas, após o conhecimento do fato.
- B) 24 horas, após o conhecimento da autoria.
- C) Até 15 dias, após o conhecimento da autoria.
- D) Até 15 dias, após o fato.
- E) Nenhum dos prazos acima.

**7) Aldísio, Capitão da P.M., ao comandar uma "blitz" em uma das ruas do Rio, tem sua atenção despertada para dois ocupantes de um auto particular. Por informações de seus subordinados passa a suspeitar serem os mesmos co-autores de diversos assaltos a comerciantes da redondeza. Detidos para averiguação, são os mesmos conduzidos à unidade militar a que pertence Aldísio e colocados em um xadrez, onde permanecem por 48 horas. Constatando-se depois não serem eles os autores dos assaltos, são os mesmos postos em liberdade. A conduta do Capitão Aldísio tipifica que espécie de delito?**

- A) Constrangimento ilegal.
- B) Seqüestro.
- C) Cárcere privado.
- D) Abuso de autoridade.
- E) Violência arbitrária e abuso de autoridade.

**8) Juntamente com o meliante "Gato", menor de 18 anos, os marginais Arnóbio, Brutus e Creso combinam praticar roubos em postos de gasolina e lojas de conveniência, abertos de madrugada. Ao visitarem o primeiro estabelecimento, um frentista suspeita dos mesmos e comunica-se com a polícia. Dois deles, ao iniciarem o assalto a mão armada, à loja de conveniência, são impedidos pela ação policial e presos em flagrante, enquanto os dois outros logram evadir-se do local, sendo identificados posteriormente. Indique os delitos praticados pelos mesmos:**

- A) Roubo qualificado.
- B) Roubo qualificado em concurso com corrupção de menor.
- C) Quadrilha ou bando armado.
- D) Quadrilha ou bando armado combinado com roubo qualificado.
- E) Quadrilha ou bando armado combinado com tentativa de roubo qualificado.

**9) Arnóbio e Bernardo, alta hora da noite, em via pública, abordam Creso, um travesti que acabara de deixar a "boite" em que trabalha, constrangendo-o, mediante ameaça, a acompanhá-los a um beco ermo nas proximidades. Ali, após subtrair-lhe alguns pertences de valor, obrigam-no a manter relações sexuais com o primeiro. Indique corretamente o(s) delito(s) realizado(s) por Bernardo:**

- A) Furto qualificado em concurso com constrangimento ilegal.
- B) Furto qualificado em concurso com estupro.
- C) Roubo qualificado em concurso com atentado violento ao pudor.
- D) Roubo qualificado em concurso com estupro.
- E) Somente roubo qualificado.

**10) Antônio, proprietário de um bar na zona do baixo meretrício, na cidade, serviu cerveja a um menor de 16 anos, dentro de seu estabelecimento, às 17:30 horas de um domingo. No momento em que o menor ia ingeri-la, já com o copo às mãos, foi surpreendido pela polícia, que o impediu. Antônio cometeu:**

- A) Tentativa de Contravenção Penal.
- B) Contravenção Penal impossível.
- C) Contravenção Penal.
- D) Fato penalmente irrelevante.
- E) Crime de abandono material.

**11) Sabendo-se portador do vírus H.I.V. positivo, Carlos manteve relações sexuais com Joana, a qual, em decorrência desse contágio, e após longo tratamento, veio a falecer. Carlos praticou crime de:**

- A) Lesão corporal gravíssima com resultado morte.
- B) Homicídio culposo.
- C) Crime de perigo em concurso com homicídio doloso.
- D) Homicídio doloso.
- E) Crime de perigo de contágio venéreo.

**12) Recém-nascido, com apenas seis (6) meses de gestação e com pouca possibilidade de sobrevivência, foi expulso espontaneamente do ventre materno e, em seguida, teve sua morte abreviada, por ato violento da própria mãe. A espécie é de:**

- A) Homicídio qualificado.
- B) Infanticídio.
- C) Aborto.
- D) Homicídio privilegiado.
- E) Exclusão de ilicitude.

**13) José, sabedor que Manoel era portador de séria lesão cardíaca, vendeu-lhe certa quantidade de cocaína, que foi usada por este, o qual veio a falecer. O laudo médico determinou a "causa mortis", como sendo parada cardíaca, em virtude de ingestão de "overdose" de cloridato de cocaína.**

**Assinale o crime cometido por José:**

- A) Tráfico de entorpecente.
- B) Homicídio culposo.
- C) Homicídio doloso.
- D) Tráfico de entorpecente em concurso com homicídio simples.
- E) Tráfico de entorpecente em concurso com o homicídio culposo.

**14) Um desconhecido adentra em um consultório dentário e, de revólver em punho, explica que precisa de dinheiro. Imediatamente, o dentista vai a um quarto anexo, abre o cofre escondido, retira o ouro ali existente e o entrega ao desconhecido que parte desgostoso, uma vez que desejava moeda corrente no país. A conduta criminosa do agente tem a seguinte tipificação.**

- A) Furto qualificado.
- B) Roubo qualificado.
- C) Constrangimento ilegal.
- D) Extorsão.
- E) Exercício arbitrário das próprias razões.

**15) Quando soube que era traído pela esposa, Pedro apanhou sua espingarda e foi encontrá-la assistindo novela, ao lado da irmã. O agente pressentiu que os chumbos poderiam atingir a inocente cunhada. Pouco lhe importou, porém, o resultado, ainda que não o desejasse. Deu um único tiro na esposa e matou a ambas. Ocorreu:**

- A) "Aberratio delictus".
- B) "Aberratio ictus", concurso formal homogêneo.
- C) "Aberratio ictus", concurso formal heterogêneo.
- D) "Error in persona".
- E) Duplo homicídio, concurso material.

**16) Cobrar ágio superior a taxa oficial de câmbio sobre quantia permutada por moeda estrangeira, constitui:**

- A) Delito cambiário.
- B) Contravenção cambial.
- C) Contravenção contra a ordem econômica, tributária e financeira.
- D) Induzimento à especulação.
- E) Contravenção contra a economia popular.

**17) Lívio, nas proximidades dos festejos juninos, foi surpreendido por "blitz" policial de trânsito, nas imediações do Alto da Boa Vista, trazendo consigo no interior do porta malas de seu veículo um balão de grande porte. Conduzido à D.P. local, Lívio alegou que pretendia vender a Caio, que o levaria para o exterior. Tipifique a conduta de Lívio:**

- A) Art. 28, Parágrafo único da L.C.P.
- B) Art. 26, da Lei 4.771/65.
- C) Art. 250 combinado com Art. 14, ambos do C.P.

**18) Torquato, produtor e diretor cinematográfico publica anúncio, convocando jovens para um teste a fim de contratar atores para a produção de filme "romântico". Dentre as candidatas selecionadas, Doralice, com quinze anos de idade, é contratada com autorização de seus pais. Uma das cenas rodadas com a jovem Doralice era de sexo explícito. Indaga-se qual a infração penal praticada por Torquato:**

- A) Corrupção de menor prevista no art. 218 do C.P.
- B) Corrupção de menor prevista na Lei 2.252/54.
- C) Induzimento à prostituição de menor descrita no art. 228 do C.P.
- D) Violação prevista no art. 240 da Lei 8.069/90.
- E) Violação prevista no art. 227, parágrafos 1º e 3º do C.P.

**19) Só há que se falar em extinção de culpabilidade quando ocorre:**

- A) Erro sobre pessoa.
- B) Erro na execução.
- C) Resultado diverso do pretendido.
- D) Coação moral irresistível.
- E) Emoção e paixão.

**20) O fato de a vítima lançar-se para fora do carro em movimento, ao recusar proposta indecorosa de seu condutor, ferindo-se, configura:**

- A) Lesão corporal dolosa.
- B) Lesão corporal culposa.
- C) Contravenção penal.
- D) Fato penalmente irrelevante.
- E) Delito de assédio sexual combinado com lesão corporal culposa.

**21) Um legítimo e justificadíssimo requerimento de instauração de inquérito, por crime de ação privada, e que atende ao disposto no parágrafo 5º do art. 5º do CPP, é abusivamente indeferido "in limine" pelo Delegado de Polícia. Pode o interessado impugnar processualmente tal ato?**

- A) Sim, começando pelo recurso administrativo para o Secretário de Segurança Pública, previsto no parágrafo 2º do art. 5º do CPP.
- B) Sim, representando o juiz criminal, que, verificando a procedência incontestável da "notitia criminis", remeterá a representação à autoridade policial para que esta proceda, então, a inquérito.
- C) Sim, por intermédio de mandado de segurança impetrado no juízo criminal.
- D) Sim, por intermédio de mandado de segurança impetrado no juízo criminal, se esgotada a via administrativa recursal prevista em lei.
- E) Sim, por intermédio de mandado de segurança contra o Secretário de Segurança Pública no Tribunal de Justiça, se esgotada a via recursal prevista no parágrafo 2º art. 5º do CPP.

**22) Um funcionário público, ofendido em razão de suas funções em ato que configura crime comum contra a honra, apresenta numa segunda-feira à autoridade policial representação contra o ofensor, alegando que, no domingo da véspera, esgotaram-se os 6 meses da data em que veio a saber quem era o autor da prática criminosa (art. 38, CPP), aduzindo, porém, que a formalização do referido ato (art. 5º, parágrafo 4º, do CPP) seria viável àquela altura, isto é, no primeiro dia útil depois do fim de semana, por obra do parágrafo 3º do art. 798 do CPP. Se você fosse o Delegado incumbido de enfrentar o problema, qual das opções abaixo tomaria?**

- A) Iniciaria o inquérito, mandando tomar por termo a representação.
- B) Instauraria o inquérito, mandando tomar por termo a representação, mas justificando, no respectivo despacho, aplicar-se ao prazo semestral do art. 38 do CPP a regra genérica mencionada (parágrafo 3º, art. 798 citado).
- C) Instauraria o inquérito, mandando tomar por termo a representação e fazendo certificar, em ressalva, a causa de prorrogação do prazo.
- D) Rejeitaria a representação, incabível na espécie, por ser o delito de ação penal privada.
- E) Rejeitaria a representação porque o prazo, na hipótese, é de Direito Penal e não se prorroga.

**23) Chegando a um sítio de sua propriedade, um Delegado de Polícia verifica que o caseiro está preso ilegalmente pela autoridade policial do lugar. Pode ele impetrar uma ordem de "habeas corpus" para restituir a liberdade ao seu empregado?**

- A) Sim, desde que a dependência policial da custódia não seja aquela onde esteja lotado funcionalmente.
- B) Sim, desde que a dependência policial do encarceramento se situe fora da unidade federativa onde ele exerce seu cargo.
- C) Sim, na condição de cidadão comum.
- D) Sim, na condição de cidadão comum e desde que justificada processualmente tal conduta pela inexistência, ainda que eventual, de advogados no local.
- E) Não, porque os Delegados de Polícia são proibidos de advogar.

**24) Procurando cumprir o disposto no art. 6º, IV, do CPP, a autoridade policial verifica que a vítima é alemã e não se expressa em português. Nomeia, então, intérprete para o ato, mas este alega não poder desempenhar a função porque seria inimigo do advogado do indiciado, presente, por sinal, na delegacia. Se você fosse o Delegado do caso, por qual das soluções seguintes se inclinaria?**

- A) Repeliria a alegação porque não configuraria caso de suspeição.
- B) Consideraria procedente a suspeição e nomearia outro intérprete.
- C) Consideraria procedente o impedimento e nomearia outro intérprete.
- D) Repeliria a alegação porque os casos processuais de suspeição não atingem os intérpretes.
- E) Oficiaria ao Secretário de Segurança Pública, hierarquicamente competente para decidir a questão.

**25) A espreita policial para possibilitar a prisão em flagrante de infrator da lei penal, configura a hipótese do flagrante preparado, verberado na súmula número 145 do STF ("Não há crime quando a preparação de flagrante pela Polícia torna impossível a sua consumação")?**

- A) Sim, porque a prisão em flagrante delito deve, constitucionalmente, ser espontânea e nunca, alvo de previsão.
- B) Não, porque direito jurisprudencial sumulado não tem força de lei.
- C) Sim, porque a intervenção forçada dos agentes da lei na consumação do ato descaracterizaria a infração penal no seu livre desenvolvimento.
- D) Não, porque, na espécie, a Polícia não interfere na manifestação de vontade do agente ensejadora do ilícito penal.
- E) Sim, porque ela colabora para forjar uma situação talvez evitável por parte do próprio agente durante a execução.

**26) O princípio da busca da verdade real, que rege a ação penal, permite ao juiz do processo.**

- A) No curso da instrução e antes da sentença, ordenar de ofício diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- B) Esclarecer pontos obscuros, circunscrito, porém, ao âmbito restrito das provas apresentadas pelas partes, porque o ônus da prova compete a quem a alega.
- C) Fazer perguntas, em primeiro lugar, às testemunhas, informantes e peritos, nas inquirições judiciais, antes das partes.
- D) Determinar de ofício, mesmo depois de proferida a sentença, diligências para afastar dúvida sobre ponto relevante mencionado no recurso interposto.
- E) No 2º grau de jurisdição, promover a colheita de prova nova, com a observância do contraditório, a fim de esclarecer ponto obscuro não ventilado no recurso do qual é Relator.

**27) Policiais da 1ª Delegacia de Polícia (Centro) assistem quando um cidadão dispara arma de fogo contra a vítima, atingindo-a. Partem em perseguição ao agressor que, dirigindo uma motocicleta, somente vem a ser alcançado no centro de Niterói. No momento da prisão do agressor, estão presentes os policiais que o perseguiram e o detiveram, bem como policiais da Delegacia de Niterói. Apresentado o detido à 1ª DP, deve a Autoridade Policial:**

- A) Lavrar o flagrante, dar nota de culpa ao indiciado e comunicar a prisão ao Juiz no prazo de 24 horas.
- B) Dar nota de culpa ao indiciado, lavrar o flagrante, e comunicar a prisão ao Juiz no prazo de 48 horas.
- C) Determinar a imediata apresentação do conduzido à Delegacia de Niterói, a quem compete a lavratura do flagrante.
- D) Dar nota de culpa ao indiciado, lavrar o flagrante, e comunicar a prisão no prazo de 24 horas.
- E) Ouvir o conduzido, condutores, e se possível a vítima, lavrando a respectiva ocorrência, e determinando a abertura do respectivo inquérito.

**28) O Promotor de Justiça, em ofício datado de 25 de março de 94, requisitou à Autoridade Policial a instauração de inquérito policial contra Marcelo, menor imputável, suspeito da prática de furto qualificado pelo arrombamento, que teria sido praticado em 05 de janeiro de 1990. A Autoridade Policial deverá:**

- A) Instaurar o inquérito, em cumprimento à requisição, e proceder na forma do artigo 6º do Código de Processo Penal, concluindo o inquérito no prazo de 10 dias.
- B) Registrar a ocorrência, com base no ofício do Promotor, instaurar a respectiva VPI e, ao final, decidir se a hipótese comporta ou não abertura de inquérito.
- C) Ouvir o indigitado autor do ilícito, as testemunhas que existirem, e depois, se for o caso, determinar o indiciamento do suspeito.
- D) Devolver o expediente ao remetente, comunicando que não instaurou o inquérito ante a manifesta ilegalidade da requisição.
- E) Instaurar o inquérito, e concluí-lo no prazo de 30 dias, por se tratar de indiciado solto.

**29) Antonio, policial militar, tio de Márcia, ao chegar em casa encontra essa sobrinha de 13 anos em prática de ato sexual com o namorado Marcelo, de 18 anos. Revoltado, conduz os dois à Delegacia de Polícia, pretendendo seja o referido Marcelo autuado por crime de estupro, com violência presumida. Enquanto a Autoridade Policial ouvia o relato dos fatos, chega à Delegacia Maria, viúva, mãe de Márcia, que diz ao Delegado que o namorado de Márcia é um bom rapaz, e não quer que ele seja preso, até porque o casamento está próximo. Nesta hipótese:**

- A) Não pode haver lavratura de flagrante.
- B) Deve ser lavrado o flagrante, ante a gravidade do crime praticado.
- C) Deve ser instaurado inquérito policial.
- D) A vítima deve ser encaminhada a exame de corpo de delito, e comprovada a conjunção carnal, lavrado o flagrante.
- E) Deve ser instaurado o inquérito policial, e depois anexada aos autos a certidão de casamento, para o fim de ser julgada extinta a punibilidade.

**30) Durante as investigações de um seqüestro, apura-se que a vítima teve sua liberdade privada em Caxias, sendo mantida inicialmente em "cativeiro" na cidade de Niterói, depois removida para Maricá e a seguir para Saquarema. Neste último local policiais encontram a vítima acorrentada, libertam-na e detêm 3 seqüestradores que lá estavam. A hipótese comporta:**

- A) Lavratura de flagrante, pelo Delegado de Niterói, eis que neste local o crime se consumou.
- B) Lavratura de flagrante pelo Delegado de Maricá, uma vez que essa comarca é limítrofe às duas outras referidas.
- C) Lavratura de flagrante pela Delegacia de Saquarema.
- D) Instauração de inquérito por qualquer das Delegacias envolvidas e imediato pedido de prisão temporária.
- E) Lavratura de flagrante por qualquer das delegacias.



**31) Durante a inquirição de uma testemunha, no curso de inquérito policial, estão presentes à Delegacia, além do Delegado e do Escrivão, o Promotor de Justiça da Comarca, e o advogado do indiciado. Ambos insistem em fazer perguntas à testemunha, após a inquirição da Autoridade Policial. A atitude legal da Autoridade Policial seria:**

- A) Não permitir a ninguém a inquirição da testemunha, por ser esta uma atribuição exclusivamente sua.
- B) Permitir apenas que o Promotor faça perguntas, uma vez que sua atividade é fiscalizada pelo Ministério Público.
- C) Permitir apenas que o advogado faça perguntas, no exercício da garantia constitucional da ampla defesa.
- D) Permitir que ambos façam perguntas à testemunha.
- E) Examinar cada pergunta por vez, deferindo apenas as que entender pertinentes.

**32) Antônio dirige petição à Autoridade Policial requerendo a instauração de inquérito policial contra Pedro, Marcos e Silvío, porque, na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Condomínio do qual é síndico, enviaram circular aos moradores afirmando que ele, Antônio, se apropriara de certa quantia do condomínio. Informa ainda na petição que embora a circular referida estivesse assinada também por João, quarto membro do Conselho Fiscal, contra este não pretendia a instauração de inquérito, uma vez que, após a distribuição da circular, tinha recebido um favor de João, razão pela qual o perdoava. A hipótese comporta:**

- A) deferimento da instauração de inquérito, como requerido.
- B) deferimento da instauração de inquérito contra todos que assinaram a circular.
- C) determinação para que Antônio adite seu requerimento, para incluir também João, sob pena de indeferimento.
- D) indeferimento da instauração de inquérito, ante a extinção da punibilidade do fato, pela ocorrência de perdão.
- E) indeferimento da instauração de inquérito, ante a extinção da punibilidade do fato, pela ocorrência de renúncia ao direito de queixa.

**33) De posse de mandado de prisão expedido por autoridade judiciária, a Autoridade Policial, após um dia inteiro de investigações, localiza a pessoa a ser presa, que se encontra na casa de sua mãe, assistindo à novela das oito. Ao ser atendido pela dona da casa, identifica-se, exibe o mandado de prisão, mas não obtém autorização para penetrar na casa. A solução do problema comporta:**

- A) Manter a casa sob vigilância até amanhecer, quando então poderá penetrar e efetuar a prisão, independentemente do consentimento do dono da casa.
- B) Intimar a dona da casa a franquear a entrada e a captura, sob pena de prisão por crime de desobediência e, em caso de recusa, efetuar a prisão em flagrante da dona da casa e fazer a captura da pessoa procurada.
- C) Ignorar os protestos da dona da casa, efetuando livremente a prisão.
- D) Convocar duas testemunhas do local, penetrar na casa mesmo contra a vontade da moradora, efetuar a prisão e lavrar auto circunstanciado do ocorrido.
- E) Esperar até que a pessoa procurada saia da casa por sua vontade, efetuando a prisão, ou esperar que a dona da casa saia por algum motivo, quando então poderá penetrar na residência.

**34) Policiais Militares em ronda, detiveram um cidadão, logo após o mesmo ter efetuado seis disparos de arma de fogo contra sua esposa, matando-a. Na Delegacia, o conduzido se identifica, verificando-se então tratar-se de Deputado Federal. Na hipótese, o Delegado deve:**

- A) Deixar de lavrar o flagrante, face às prerrogativas do Deputado, lavrando apenas o registro de ocorrência e, depois, oficiar à Câmara Federal, solicitando licença para instaurar inquérito contra o parlamentar.
- B) Lavrar flagrante e comunicar a prisão ao Juiz, determinando o recolhimento do indiciado à prisão especial.
- C) Lavrar o flagrante, recolher o indiciado à prisão especial e remeter os autos, no prazo de 24 horas, ao Supremo Tribunal Federal.
- D) Lavrar o flagrante, recolher o indiciado à prisão especial, e remeter os autos, em 24 horas, ao Tribunal de Júri.
- E) Lavrar o flagrante, recolher o indiciado à prisão especial, e remeter os autos, no prazo de vinte e quatro horas, à Câmara dos Deputados.

**35) O inquérito policial, em sua natureza:**

- A) É inquisitivo, não contraditório e oral.
- B) É escrito, não contraditório e oral.
- C) É inquisitivo, público e contraditório.
- D) É sigiloso, inquisitivo e escrito.
- E) É oral, sigiloso e inquisitivo.

**36) Assinale a opção correta:**

- A) Ação penal é um direito público subjetivo, determinado, autônomo, específico e abstrato.
- B) Ação penal é um direito público, indeterminado, autônomo, específico e abstrato.
- C) Ação penal é um direito público subjetivo, determinado, genérico e abstrato.
- D) Ação penal é um direito objetivo, determinado, autônomo e privado.
- E) Ação penal é um direito público subjetivo, concreto, autônomo e genérico.

**37) A apreensão de que trata o artigo 121 da lei processual penal aplica-se:**

- A) Ao adereço feito com o metal roubado.
- B) Ao dinheiro obtido com a alienação do veículo apropriado ilicitamente.
- C) À pessoa vítima de crime.
- D) Ao imóvel adquirido com os proventos da infração.
- E) À arma de uso proibido adquirida com o dinheiro furtado.

**38) A Lei pátria, em sede de apreciação das provas penais, adota o sistema:**

- A) Da prova legal.
- B) Da oportunidade da prova.
- C) Da livre convicção.
- D) Da prova livre.
- E) Da íntima convicção.

**39) São pressupostos da prisão preventiva:**

- A) Garantia da ordem pública e culpa do agente.
- B) Garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e assecuração da aplicação da lei penal.
- C) Garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.
- D) Prova da existência do crime, indícios suficientes da autoria, garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e assecuração da aplicação da lei penal.
- E) Prova da existência do crime e indícios de autoria.

**40) A prisão provisória fundamenta-se em:**

- A) Imediatismo.
- B) Coercibilidade.
- C) Indivisibilidade.
- D) Necessidade.
- E) Definitividade.



**41) Assinale a alternativa correta:**

- A) Não é juridicamente possível falar-se em inconstitucionalidade de emenda à Constituição, tanto que a norma do Art. 102, I da Constituição da República dispõe tão-somente sobre lei ou ato normativo.
- B) Na hipótese de uma recentíssima lei federal dispor: "A identificação criminal de pessoas envolvidas com a ação praticada por organizações criminosas será realizada independente da identificação civil", tal norma seria constitucional, eis que em harmonia com a garantia fundamental.
- C) Sob o aspecto dos princípios constitucionais, no indiciamento no inquérito policial, dispensada estará, como ocorre com todo ato administrativo discricionário, a motivação da Autoridade Policial, bastando indicar o dispositivo legal violado.
- D) Sargento da Polícia Militar poderá valer-se, com êxito, do "habeas corpus" para desconstituir prisão disciplinar militar, de dois dias, ordenada por seu comandante, considerando-se que o remédio heróico foi impetrado no mesmo dia em que o militar foi solto.
- E) A garantia que diz que "são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos" não é auto executável, pois depende de lei que explicita o que se entende por "meios ilícitos", sem o que impossível se torna o exato alcance da garantia.

**42) O art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil enumera os "fundamentos" do Estado brasileiro. Dentre eles, qual é o que embasa o poder de polícia estatal em matéria de segurança pública?**

- A) a soberania;
- B) a cidadania;
- C) a dignidade da pessoa humana;
- D) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- E) o pluralismo político.

**43) Uma Medida Provisória editada pelo Presidente da República e não apreciada pelo Congresso Nacional no prazo legal:**

- A) transforma-se, automaticamente, em lei;
- B) perde a eficácia a partir de sua edição, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes;
- C) perde sua eficácia a partir do vencimento do prazo para sua apreciação;
- D) permanece em vigor até que o Congresso Nacional aprecie a matéria;
- E) permanece em vigor até que o Judiciário aprecie a matéria.

**44) As Pessoas Jurídicas de Direito Público, no Brasil, respondem pelos danos que seus funcionários, nessa qualidade, causem a terceiros, cabendo ação regressiva contra o funcionário nos casos:**

- A) de culpa ou dolo;
- B) somente de dolo;
- C) de indenização que exceda certo limite legal;
- D) somente de má-fé reconhecida em processo criminal;
- E) somente em caso de culpa em sentido estrito.

**45) Assinale a assertiva correta:**

- A) O Presidente da República poderá vetar projeto de lei, encaminhado pelo legislativo, por razões de ordem, tão-somente, política.
- B) Quando um civil e um militar, em unidade de condutas e desígnios, praticam crimes militares contra instituições militares federais ou estaduais, será competente a Justiça Militar Federal ou Estadual, conforme o caso, processar e julgar a ambos, inclusive face ao Princípio da Unidade de Processo.
- C) Não há óbice constitucional para o Delegado de Polícia, ciente, previamente, de que se trata de crime militar federal, praticado por civil, contra instituição militar federal, proceder a lavratura do respectivo Auto de Prisão em Flagrante, desde que após o envio à Justiça Militar Federal.
- D) Policiais militares podem, sem ofensa à Constituição da República, investigar infrações penais próprias das funções da Polícia Civil, desde que, ao final das investigações, apresentem o apurado ao Delegado de Polícia, com atribuição para instaurar o inquérito.
- E) O Delegado de Polícia, lotado em Delegacia Policial da Cidade do Rio de Janeiro pode, sem contrariar a Constituição da República, instaurar inquérito policial para apurar lesões corporais de que foi vítima Juiz Classista da Justiça do Trabalho em razão de suas funções.

**46) Considerando o disposto no parágrafo 4º do art. 144 e o que mais consta da Constituição Federal, a organização das polícias civis e estaduais:**

- A) depende do Código de Organização Judiciária de cada estado federado;
- B) compete exclusivamente aos poderes legislativos dos estados-membros;
- C) é matéria de competência legislativa concorrente, entre União, Estados e Distrito Federal;
- D) insere-se na competência normativa privativa da União, tal como a legislação penal;
- E) depende da iniciativa de qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional.

**47) Em relação aos direitos e garantias fundamentais, pode-se afirmar que:**

**I - as penas de perda de bens e prestação social alternativa são admitidas para sancionar a prática de crimes;**

**II - a falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício de direito constitucional enseja a interposição de mandado de injunção;**

**III - a autoridade competente poderá usar a propriedade particular em caso de iminente perigo público.**

**Assinale:**

- A) se somente a afirmativa II estiver correta;
- B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas;
- C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas;
- D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas;
- E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**48) A Assembléia Legislativa de Estado federado promulgou lei dispondo sobre matéria processual penal, contendo vários dispositivos em nítida divergência com disposições do Código de Processo Penal. O Delegado de Polícia, na direção de um inquérito policial, aplica os dispositivos da nova lei em detrimento de disposições do CPP, contrariando os interesses do indiciado, que reage impetrando mandado de segurança. Sabe-se também que já existe ação direta de inconstitucionalidade da lei estadual, interposta junto ao Tribunal de Justiça. A conduta da Autoridade Policial, neste caso hipotético, foi:**

- A) Correta, porque cabe aos estados-membros, atendendo às peculiaridades locais, suplementar a normativa federal em matéria processual, descabendo qualquer dúvida quanto à constitucionalidade da legislação produzida.
- B) Incorreta, porque tal lei estadual é manifestamente inconstitucional, eis que a matéria é da competência legislativa privativa da União.
- C) Correta, porque, embora entendesse a lei estadual como inconstitucional, não lhe cabia como autoridade de polícia judiciária apreciar sua aplicabilidade.
- D) Correta, porque a lei estadual tem vigência desde sua promulgação até eventual declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal de Justiça.
- E) Incorreta, pois a lei estadual depende, para sua plena vigência, da manifestação do Poder Judiciário respectivo.

**49) A competência das Forças Armadas em matéria de segurança pública é excepcional. A análise de diferentes dispositivos da Constituição, pertinentes ao tema, permite concluir:**

- A) a ação das Forças Armadas só é possível quando um dos poderes constitucionais estiver em perigo;
- B) sendo a segurança pública questão de responsabilidade dos estados-membros, a ação das Forças Armadas apenas é cabível sob forma de intervenção federal;
- C) a ação das Forças Armadas cabe tão-somente em apoio às polícias federais, nos âmbitos de suas respectivas atribuições;
- D) a ação das Forças Armadas, na matéria, depende da iniciativa de um dos poderes constitucionais e tem a finalidade de garantir a lei e a ordem;
- E) a ação das Forças Armadas só tem cabimento nas hipóteses de decretação de estado de defesa ou estado de sítio.

**50) Na relação abaixo estão alguns incisos do art. 5º da Constituição Federal: correspondem a direitos e garantias fundamentais dos indivíduos e da coletividade. A seguir, menciona-se a legislação que regula seu exercício e defesa. Estabeleça a correspondência entre elas a partir dos números do segundo bloco. Assinale a opção que apresenta a correspondência correta:**

- ( ) - "é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral";
- ( ) - "é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo";
- ( ) - "é garantido o direito de herança";
- ( ) - "é reconhecida a instituição do júri (...), assegurados: (...) d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida";
- ( ) - "não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal";
- ( ) - "constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis e militares, contra a ordem constitucional e o Estado-Democrático".

1 - Lei do serviço militar.

2 - Código Civil.

3 - Código de Processo Penal.

4 - Lei de segurança nacional.

5 - Código Comercial.

6 - Código Penal.

7 - Lei que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.

8 - Lei de execução penal e Código de Processo Penal.

A) 3 - 7 - 2 - 6 - 8 - 4;

B) 8 - 3 - 5 - 6 - 4 - 1;

C) 8 - 7 - 2 - 3 - 6 - 4;

D) 3 - 5 - 2 - 8 - 6 - 4;

E) 1 - 7 - 2 - 3 - 6 - 8;

**51) Exclusivamente em razão de política de segurança pública, o Governo do Estado resolve retirar a validade de certa quantidade de alvarás de porte de arma, por ele já entregues a particulares pessoas físicas, e que se encontram legalmente em poder dos seus destinatários. Para tanto, à luz dos conceitos técnicos de Direito Administrativo, a medida estatal correta seria:**

A) a anulação, pura e simples, dos alvarás, com base no poder discricionário da Administração Pública.

B) Diante do direito subjetivo dos particulares a usarem os alvarás, até o fim do prazo de vigência fixado pela Administração, aguardar-se esse tempo e, então, negar-lhes renovação.

C) a revogação dos alvarás, garantida aos particulares a indenização das despesas havidas para a sua obtenção.

D) a revogação dos alvarás, sem o pagamento de qualquer indenização.

E) apenas a cassação dos alvarás, tendo-se em conta que a perda de sua validade representa ato de política governamental ditado por critério de conveniência e oportunidade administrativa.

**52) Em face da mora da administração, ao contratante:**

A) é lícito suspender a execução do contrato.

B) em nenhuma hipótese será lícito suspender a execução do contrato na parte que lhe toca.

C) da mesma forma imposta à Administração, é vedada a rescisão unilateral do contrato ou suspensão de sua execução.

D) caberá pleitear as indenizações correspondentes aos prejuízos suportados, sem contudo e por princípio, abandonar o cumprimento do contrato ou paralisar a sua execução.

E) não cabe nenhum direito.

**53) Lei estadual determina que a Autoridade Policial aplique aos infratores, no caso de porte ilegal de arma, certa multa, que reverterá para os cofres estaduais. Ao aplicar essa multa, numa situação concreta, a Autoridade Policial estará praticando um ato:**

A) de polícia de manutenção da ordem pública.

B) nulo, porque o Estado-membro não pode legislar sobre armas e explosivos, que é matéria da competência da União.

C) de polícia administrativa.

D) nulo, porque a lei não pode incumbir a Autoridade Policial da aplicação de multas, apenas de fiança criminal.

E) de polícia judiciária em sentido amplo.

**54) Após regular processo administrativo disciplinar, um servidor público foi demitido, havendo sido nomeada outra pessoa para a sua vaga. Passados dois anos, tendo em vista que foi absolvido, por falta de provas, em sentença criminal transitada em julgado, o ex-servidor requereu, administrativamente, sua reintegração ao serviço público. Podemos, a respeito, afirmar o seguinte:**

- A) O ex-servidor deverá, obrigatoriamente, ser reintegrado e o ocupante de sua vaga reconduzido ao cargo de origem, aproveitado em outro cargo, ou posto em disponibilidade.
- B) Não obstante a independência das instâncias administrativa e penal, o ex-servidor poderá ser reintegrado, desde que a sentença criminal absolutória seja homologada pelo Poder Executivo.
- C) A absolvição criminal por falta de provas exclui a culpa administrativa, devendo o ex-servidor ser reintegrado ao serviço público.
- D) A absolvição na ação penal, por falta de provas, não vincula a esfera administrativa, descabendo, portanto, a reintegração requerida.
- E) A absolvição no crime isenta o servidor da responsabilidade administrativa, devendo ocorrer, portanto, a reintegração do ex-servidor.

**55) A prática dos atos da Administração Pública fundados no poder de polícia implica, em todo e qualquer caso, o exercício do(s) seguinte(s) atributo(s):**

- A) discricionariedade.
- B) auto-executoriedade.
- C) coercitividade.
- D) discricionariedade e auto-executoriedade.
- E) discricionariedade, auto-executoriedade e coercitividade.

**56) Em todo contrato administrativo coexistem duas ordens de cláusulas: as contratuais propriamente ditas e as regulamentares. Podemos, a respeito, afirmar que:**

- A) as primeiras são móveis e alteráveis, unilateralmente, pelo Poder Público, segundo as exigências do interesse público, enquanto as segundas são imutáveis, porque fixam os direitos do contratante perante a Administração e estabelecem as condições financeiras para execução do contrato.
- B) as primeiras são imutáveis, as segundas são móveis e alteráveis unilateralmente pelo Poder Público, segundo as exigências do interesse coletivo.
- C) ambas são móveis e alteráveis unilateralmente pelo Poder Público, segundo as exigências do interesse coletivo.
- D) ambas são imutáveis, porque fixam os direitos do contratante perante a Administração.
- E) as segundas são imutáveis e as primeiras são móveis e alteráveis unilateralmente pelo contratante, segundo as suas próprias necessidades.

**57) Nos atos vinculados, a motivação é obrigatória; nos discricionários, quando é facultativa, se for feita, atua como elemento vinculante da Administração aos motivos declarados para a prática do ato. Se tais motivos são falsos ou inexistentes, nulo é o ato praticado. Essa assertiva corresponde ao entendimento consubstanciado na denominada teoria:**

- A) da motivação dos atos administrativos.
- B) da declaração dos motivos.
- C) da motivação vinculante.
- D) dos motivos determinantes.
- E) da efetividade dos motivos declarados.

**58) A teoria do poder de polícia pressupõe dois elementos teóricos essenciais que são:**

- A) imperatividade e discricionariedade.
- B) proteção dos interesses individuais e dos direitos coletivos.
- C) executoriedade e discricionariedade.
- D) proteção dos interesses coletivos e respeito aos direitos individuais.
- E) vincularidade e arbitrariedade.

**59) A venda de um imóvel do patrimônio dominial da União para o Estado do Rio de Janeiro constitui:**

- A) ato administrativo bilateral.
- B) contrato administrativo comum.
- C) contrato de direito privado.
- D) ato nulo, porque a lei federal veda a alienação de bens da União para outras entidades estatais, permitida somente a transferência de uso.
- E) contrato administrativo especial.

**60) Visando a colaborar com a segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, a União transfere a este Estado, gratuitamente, o uso de um imóvel do seu patrimônio, aqui localizado e não utilizado em serviço público, mediante termo em que ficou especificado que o imóvel teria de ser destinado à instalação de uma Delegacia de Polícia. Ocorreu, nesse caso, uma:**

- A) autorização de uso.
- B) cessão de uso.
- C) permissão de uso.
- D) concessão de direito real de uso.
- E) concessão de uso.

**61) Corpo de delito deve ser definido como o exame:**

- A) De qualquer objeto encontrado em local de crime.
- B) De elementos materiais resultantes de um delito.
- C) De pessoa vítima de um crime.
- D) Feito por perito em qualquer foro: penal, civil ou administrativo.
- E) Do corpo humano para a justiça.

**62) Em relação às lesões produzidas por projéteis de arma de fogo, assinale a alternativa errada:**

- A) As de entrada podem ser em número maior, igual ou menor que o número de projéteis penetrantes.
- B) Nos tiros oblíquos, o orifício de entrada é ovalar.
- C) Uma entrada a curta distância pode não apresentar orlas de tatuagem e de queimadura.
- D) O conjunto das orlas de tatuagem, de queimadura e de tísido, precisa estar presente para que se faça o diagnóstico de curta distância.
- E) Nos tiros encostados, a orla de tatuagem não é visível externamente.

**63) Em relação aos projéteis de arma de fogo assinale a afirmativa correta:**

- A) Sua velocidade só atinge o máximo, ao longo da trajetória.
- B) É o movimento de rotação do projétil que produz a orla de escoriação.
- C) A orla de enxugo não é observada na saída.
- D) A orla equimótica só é observada na entrada.
- E) A orla de tatuagem pode ser removida lavando com água e sabão.

**64) Entende-se por "perigo de vida", conforme o Artigo 129 do Código Penal:**

- A) Diagnóstico de estado de saúde periclitante.
- B) Prognóstico de agravamento lesional.
- C) Probabilidade de morte a longo prazo.
- D) Grande risco de lesão fatal.
- E) Diagnóstico de enfermidade grave.

**65) Assinale, a partir da relação abaixo, a alternativa que indica os quatro elementos que são essenciais para a caracterização do crime de aborto:**

- 1) dolo específico;
- 2) dolo eventual;
- 3) morte do conceito;
- 4) gravidez;
- 5) consentimento da gestante;
- 6) adequação dos métodos ao objetivo;
- 7) implantação do ovo no útero.

- A) 1, 3, 4, 6.
- B) 1, 3, 5, 6.
- C) 2, 3, 4, 6.
- D) 2, 5, 6, 7.
- E) 1, 3, 4, 7.

**66) Quando um homem mantém conjunção carnal com uma mulher virgem, de 13 anos, com o seu consentimento, pratica:**

- A) Atentado violento ao pudor.
- B) Corrupção de menor.
- C) Estupro.
- D) Sedução.
- E) Nenhum crime.

**67) Após 3 anos de noivado, um indivíduo consegue, afinal, manter conjunção carnal com uma mulher virgem, inexperiente sexualmente, de 20 anos de idade. Houve, de acordo com nosso Código Penal:**

- A) Posse sexual mediante fraude.
- B) Corrupção de menor de 21 anos.
- C) Atentado ao pudor.
- D) Sedução.
- E) Nenhum crime.

**68) São exemplos em que há violência presumida, exceto:**

- A) Cópula vaginal praticada com moça menor de 14 anos.
- B) Conjunção carnal com esquizofrênica, quando o autor desconhece o fato.
- C) Cópula anal com mulher oligofrênica idiota.
- D) Conjunção carnal com mulher em coma.
- E) Cópula anal com rapaz menor de 14 anos.

**69) O critério biopsicológico, adotado pela lei penal brasileira, está caracterizado quando houver transtorno mental mórbido:**

- A) Contemporâneo ao delito, alterando os momentos intelectual e/ou volitivo do agente.
- B) Alterando os momentos intelectual e/ou volitivo do agente, ao tempo da lavratura do flagrante.
- C) Contemporâneo ao momento do exame pericial, alterando os momentos intelectual e/ou volitivo do agente.
- D) Contemporâneo ao delito ou superveniente a ele.
- E) Superveniente ao delito, alterando os momentos intelectual e/ou volitivo do agente.



**70) A embriaguez pelo álcool ou por substância de efeitos análogos pode resultar em "inimputabilidade" do agente, quando:**

- A) Resultar de caso fortuito ou força maior.
- B) Resultar de caso fortuito ou força maior, não permitindo ao agente, no momento do crime, ter a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- C) For culposa ou pré-ordenada, não permitindo ao agente, no momento do crime, ter a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- D) For completa e resultar de caso fortuito ou força maior, tornando o agente, no momento do crime, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- E) For completa, culposa ou pré-ordenada, tornando o agente inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

**71) Quando o devedor contrai com o credor dívida para extinguir a anterior, ocorre:**

- A) Transação.
- B) Compensação.
- C) Novação.
- D) Renovação.
- E) Remissão.

**72) O ato praticado por vício resultante de erro, dolo, coação, é:**

- A) Nulo.
- B) Anulável.
- C) Inexistente.
- D) Ineficaz.
- E) Não ratificável.

**73) O contrato segundo o qual alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses, denomina-se:**

- A) Gestão de negócios.
- B) Delegação.
- C) Mandato.
- D) Procuração.
- E) Negócio fiduciário.

**74) É exemplo de declaração unilateral de vontade:**

- A) A doação.
- B) A promessa de compra e venda.
- C) A promessa de recompensa.
- D) A renovação.
- E) O casamento.

**75) A cláusula que subordina o efeito do ato jurídico a evento futuro e incerto, denomina-se:**

- A) Termo.
- B) Condição.
- C) Prazo.
- D) Preclusão.
- E) Resilição.

**76) Considera-se domicílio da pessoa jurídica de direito privado que tenha estabelecimentos em lugares diferentes:**

- A) O lugar indicado no estatuto constitutivo.
- B) O lugar de cada um dos estabelecimentos, para os atos nele praticados.
- C) Qualquer dos lugares onde se situam os estabelecimentos para todos os atos por ela praticados.
- D) O lugar onde funciona o estabelecimento principal.
- E) O lugar escolhido pelo credor da pessoa jurídica.

**77) O preço é elemento essencial dos contratos de:**

- A) Compra e Venda.
- B) Troca.
- C) Locação.
- D) Promessa de recompensa.
- E) Doação sem encargo.

**78) A disposição contratual segundo a qual os contratantes concordam que a compra e venda se desfça, caso o comprador deixe de pagar o preço estipulado no prazo avençado, denomina-se:**

- A) Cláusula suspensiva.
- B) Preempção.
- C) Pacto comissório.
- D) Cláusula resolutiva.
- E) Retrovenda.

**79) Pedro obrigou-se como fiador e principal pagador de Manoel num contrato de locação. Executado pela dívida de seu afiançado, pretende alegar o benefício de ordem. A alegação é procedente?**

- A) Não, porque ele se obrigou como principal pagador.
- B) Sim, pois há solidariedade passiva.
- C) Sim, pois ele não é devedor principal.
- D) Sim, porque o afiançado não tem bens suficientes para responder pela execução.
- E) Sim, porque o afiançado não possui patrimônio suficiente para responder numa ação regressiva.

**80) A compensação:**

- A) Dar-se-á entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis.
- B) Poderá ocorrer entre dívidas ilíquidas.
- C) Não é impedida pela diferença na qualidade do objeto das prestações.
- D) Poderá ser de bens imóveis.
- E) É possível entre bens fungíveis e imóveis.

**Gabarito**

1-D 2-D 3-C 4-C 5-C 6-E 7-D 8-E 9-C 10-C 11-D 12-B 13-A 14-D 15-B 16-A 17-B 18-D 19-D 20-C 21-C 22-E 23-C 24-A 25-D 26-A 27-C 28-E 29-A 30-C 31-A 32-E 33-A 34-E 35-D 36-A 37-E 38-C 39-E 40-D 41-B 42-A 43-B 44-A 45-A 46-C 47-E 48-B 49-D 50-C 51-D 52-D 53-C 54-D 55-C 56-B 57-D 58-D 59-C 60-B 61-B 62-D 63-C 64-A 65-A 66-C 67-E 68-B 69-A 70-D 71-C 72-B 73-C 74-C 75-B 76-B 77-A 78-C 79-A 80-A